

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NA AMAZÔNIA PARAENSE: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Eixo temático: 5 – Políticas de acesso e permanência de estudantes da educação superior na perspectiva inclusiva.

Natália do Espírito Santo Evangelista da Silva - Universidade Federal do Pará- UFPA - E-mail: natevangelista84@gmaial.com
Maria da Conceição dos Santos Costa - Universidade Federal do Pará – UFPA – E-mail: concita.ufpa@gmail.com

Introdução

As políticas de ações afirmativas são classificadas como políticas públicas distributivas, pois tem como função reduzir a concentração desigual de bens, serviços e benefícios de determinados grupos em relação a outros. Diante disso, as políticas de ações afirmativas têm como objetivo reduzir e reparar as desigualdades socioeconômicas, promovendo inclusão e equidade dos grupos historicamente discriminados em nosso país (CAMPOS et al., 2018)

De forma ampliada, essas políticas englobam bens e serviços de outros setores como: moradia, alimentação, trabalho, lazer, cultura, educação e saúde. Sendo destinados a classe trabalhadora e de baixa renda que inclui pessoas negras, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, periféricos, do campo e pessoas LGBTQIAPN+ promovendo reparação histórica, inclusão, acessibilidade e respeito a diversidade étnica, de gênero e de pessoas com deficiência (Feres, 2018; Brasil, 2023).

Ao tratar da Amazônia, observa-se que a realidade educacional é marcada por desafios estruturais profundos que refletem as desigualdades históricas da região. A extensão territorial, a diversidade (social, cultural, étnica e territorial), a precariedade das infraestruturas e a escassez de políticas públicas contínuas e específicas dificultam o acesso, a permanência e o sucesso escolar de milhares de estudantes, especialmente em comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e periféricas. Além disso, há uma marcada ausência de políticas educacionais



voltadas à valorização das epistemologias amazônicas, o que reforça processos de exclusão simbólica (Giambruno et al. 2024).

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo realizar um mapeamento inicial sobre as iniciativas de ações afirmativas na pós-graduação stricto sensu da Amazônia paraense, com foco no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED-UFPA).

Metodologia

Como processo metodológico, adotamos a abordagem qualitativa, com apoio de dados quantitativos (Minayo, 2001), compreendendo a realidade na sua totalidade é necessário analisá-la a partir de determinantes que não pode ser mensurado ou operacionalizados, ao mesmo tempo com análise dos dados obtidos pelos documentos oficiais e institucionais. Análise documental (Evangelista, 2024), com recorte temporal de 2012 a 2024. Lançamos mãos de fonte primária, dos PDI's, editais de seleção, levantamento de dados do censo da pós-graduação, Geocapes e Índice do Progresso Social (IPS). O tratamento de dados foi analisado a partir da análise de conteúdo (Franco, 2005).

Para realizar um mapeamento inicial das ações afirmativas no PPGED-UFPA, solicitamos via plataforma do FalaBR, os documentos institucionais como: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os editais de seleção e os editais de resultado do período de 2012 a 2024. Como resposta recebemos os PDI's de 2011-2015 e 2016-2025, e os editais de seleção de 2012 a 2024. Além disso, buscamos pelos documentos pendentes no site do programa, para consolidar as informações sobre o campo da pesquisa.

Referencial teórico

A pós-graduação nas Amazônias é implementada ao final da década de 1980, chegando tardiamente em relação ao restante do país. O primeiro curso de mestrado em educação foi criado em 1987 na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e somente em 2023, no estado do Pará,



foi criado o curso de mestrado em Educação na Universidade Federal do Pará (UFPA) (Camargo, 2022).

A Universidade Federal do Pará (UFPA) tem uma relevância histórica e acadêmico-científica para a região amazônica. Sua criação no início do século XX, mais precisamente nos anos de 1957 com a justificativa de "despertar e dotar o homem amazônida de capacidade científica, tecnológica e artística, num contexto da decadência do ciclo da borracha e início do desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil" (Camargo et al., 2022, p. 144).

Ao tratar da Amazônia, é preciso compreender que geograficamente é constituída por: Amazônia brasileira (ou Amazônia Legal) e Amazônia internacional (também chamada de Pan-Amazônia). Sendo a Amazônia brasileira formada pelos estados da região norte do país (Pará, Amazonas, Amapá, Acre, Rondônia, Roraima e Tocantins) mais os estados do Maranhão, (Nordeste) e Mato Grosso (centro-oeste). Enquanto a Amazônia internacional é composta pela Amazônia Legal, mais 8 países da América do Sul que fazem fronteira com a Amazônia Brasileira, sendo eles: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

As Amazônias (Porto-Gonçalves, 2008) são constituídas por diversos povos e grupos sociais, sendo eles: comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados, pescadores, extrativistas, quebradeiras de coco de Babaçu, caboclos e as comunidades periférico/urbano. Portanto, "há várias Amazônias na Amazônia" (Porto-Gonçalves, 2008, p. 10), um lugar de culturas, visões de mundo e cosmologias próprias, e mais, são trabalhadores das águas, das florestas, dos campos e periféricas, com saberes e ancestralidades que coexistem neste espaço e que lutam diariamente pelo direito de existir com dignidade.

De acordo com os dados do GEOCAPES (2025), os programas de pós-graduação no Brasil estão em maior concentração nas regiões sul, sudeste e no nordeste com destaque para o estado da Bahia. Já na região Amazônica, os estados com maior concentração são os estados do Pará com 152 programas, seguido por Mato Grosso, Maranhão e Amazonas com 69, Rondônia com 20, Acre com 15, Roraima com 14 e Amapá com 12 programas. Sendo a maior quantidade



de programas nas seguintes grande áreas: 1º multidisciplinar, 2º ciências humanas e 3º ciências biológicas, no estado do Pará.

Quanto à distribuição de bolsas CAPES, os dados do GEOCAPES (2025) revelam que a maior quantidade de bolsas estão concentradas nas regiões sul, sudeste e no Nordeste com destaque para o estado da Bahia. E na Amazônia, a concentração maior está no estado do Pará com 3.122 bolsas, seguidos de Amazonas com 1.271, Mato Grosso com 1.174, Maranhão 954, Acre com 325, Rondônia com 226, Amapá com 199 e Roraima 191 bolsas. Sendo a maior concentração nas áreas: 1º Multidisciplinar, 2º Ciências Biológicas e 3º Ciências Humanas, no estado do Pará.

Esses dados confirmam as assimetrias regionais e territoriais em relação aos programas e cursos de pós-graduação em virtude do processo tardio de implementação na região amazônica, baixo financiamento de bolsas e para o desenvolvimento de pesquisas e das limitações estruturais que não conseguem atender as demandas regionais e locais dos povos amazônicos.

É possível notar que, apesar dos esforços envidados pelos diferentes programas ao longo do tempo, as assimetrias continuam acentuadas. No ano de 2020, a CAPES lançou dois novos programas de fomento, o PDPG – Amazônia Legal e o PDPG – Parcerias Estratégicas nos Estados, com o intuito de fomentar o desenvolvimento regional e reduzir assimetrias, com uma nova lógica de indução por meio de planos de desenvolvimento (Côco e Amaral, 2021, p.14).

Neste contexto, está o Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED-UFPA), considerado o segundo programa implantado na Amazônia, com o programa de mestrado em 2003 e o doutorado em 2008, constituindo-se como um dos programas da região com nota 5, ofertando 4 linhas de pesquisa, que são: (1) Políticas Públicas Educacionais, (2) Educação, Cultura e Sociedade, (3) Formação de Professores, Trabalho Docente, Teorias e Práticas Educacionais e (4) História da Educação. Assumindo como compromisso “a formação do professor-pesquisador, incorporando na sua prática curricular a pesquisa e a produção de conhecimentos acerca da realidade educacional em todos os seus ângulos e relações” (PPGED, 2025).



Concordamos com Moraes (2001) e Sguissardi (2004; 2006) que a educação superior, sobretudo, a pós-graduação, continua sendo um espaço excludente, levando em consideração que a pós-graduação o Brasil é baseada no modelo americano e europeu que preza pelo rendimento e eficiência, constituindo um perfil elitizado, restritivo, competitivo, orientado pelo rigor acadêmico e produtivista. Por esse motivo nunca foi (e continua não sendo) um espaço acessível para todos e todas, embora seja um direito constitucional o acesso à educação aos níveis mais elevados de ensino e da pesquisa, expresso no Art. 208, inciso V, da Constituição Federal (Brasil, 1988).

E é em virtude deste cenário que as políticas de ações afirmativas na UFPA têm servido como um importante instrumentos de reparação das desigualdades históricas sofridas pelos grupos minoritários, buscando a garantia de inclusão e equidade no processo de formação e de acesso à educação superior (graduação e pós-graduação) de pessoas negras, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e a comunidade LGBTQIAPN+ (trans e travestis).

Resultados e discussão

Segundo Silva (2022), o processo de implementação de vagas reservadas aos grupos sociais desfavorecidos, na graduação, foi polêmico e a base de muita de luta do movimento negro e docentes que compunham esse movimento e setores da UFPA. Esse processo foi marcado por resistência da gestão superior, setor acadêmico e sindical, com argumentos baseados em meritocracia, invisibilização do racismo na desconfiguração de propostas e resistência à implementação de mecanismos de controle.

Na pós-graduação, o pioneirismo da UFPA aconteceu em 2005 no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), com reserva de vagas para negros, indígenas e pessoas com deficiencia. Em 2008 e 2010 houve implementação nos programas de Ciências sociais e Antropologia com vagas reservadas aos indígenas, respectivamente. No ano 2017 o Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA (PPGED-UFPA) ampliou a reserva de vagas para negros, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência (Silva, 2022).



E em 2021 foi criado o Programa de Ações Afirmativas da Pós-Graduação (PAF-PG) – bolsas Fapespa (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas), que foca na permanência de estudantes da pós-graduação que ingressam por meio das ações afirmativas, garantindo auxílio financeiro para conclusão de suas pesquisas (Silva, 2022).

Para analisar os documentos recebidos nos fundamentamos em Evangelista (2004), levando em consideração que os documentos revelam um tempo e contexto histórico, necessitando identificar o que eles dizem e não dizem, aquilo que é silenciado, deixando implícito seus reais interesses.

No PDI 2011-2015 identificamos políticas de inclusão e a implementação dos sistemas de cotas a partir de 2006, limitado apenas aos cursos de graduação, regulamentada pela Resolução nº 3.361, de 5 de agosto de 2005, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPA (CONSEPE). Apesar de ter sido aprovada em 2005, a implementação da reserva de vagas só foi efetivada no Processo Seletivo Seriado (PSS) 2008, segundo Silva (2022).

Já o PDI de 2016-2025 prevê a criação da Assessoria de Diversidade e Inclusão Social (ADIS) para propor e executar políticas voltadas às populações alvo de discriminação e/ou políticas de ação afirmativa, no entanto todos os projetos e programas apresentados são destinados aos cursos de graduação. De acordo com Silva (2022), essa limitação das ações a nível de graduação, é reflexo da Emenda Constitucional 95 (teto de gastos) que limitou os investimentos na educação, coincidindo com o momento em que as universidades brasileiras passaram a atender e a incluir os grupos minoritários (negros, indigenas, quilombolas, pessoas com deficiencia). Ocasionando limites nas ações de permanência e consequentemente na continuidade da formação na pós-graduação.

Esses fatores são somados à resistência de alguns setores institucionais que consideram as cotas “uma degradação da qualidade e do nível de ensino, porque eles não têm as mesmas aquisições culturais dos alunos brancos” (MUNANGA, 2001, p. 41).

Os dados apresentados nos editais de seleção corroboram pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) quanto à presença do percentual dos grupos

sub-representados nos cursos de pós-graduação a nível nacional. Segundo Andrade (2022, s. p.):

> Os estudantes pretos são os que mais se beneficiam dessas políticas, sendo alvo de 96,7% dos programas analisados. Em seguida estão indivíduos pardos (96,1%), indígenas (93,5%) e pessoas com deficiência (83,5%). Em menor proporção estão quilombolas (32,7%), pessoas trans (23,3%), povos do campo (13,2%) e refugiados (5,6%).

Embora já houvesse iniciativas dos programas de pós-graduação em Direito, Ciências Sociais e Antropologia, como demonstrou a pesquisa de Silva (2022), é somente em 2017 que o PPGED vai de fato institucionalizar a reserva de cotas nos processos seletivos, em consonância com a Portaria do MEC nº13, de 11 de maio de 2016, que fica estabelecida a inclusão de cotas na pós-graduação (Venturini; Feres, 2020; Obaap, 2025).

Outro ponto que chama atenção nos editais analisados é que as vagas destinadas às ações afirmativas são direcionadas a professores/as específicos e não às linhas de pesquisa que têm aproximação com seu campo de investigação do candidato ao ingresso no programa. Dessa forma, o candidato precisa se adequar ao professor e a sua respectiva linha, sem opção de escolhas. Então, além de ter de se enquadrar ao *ethos neodarwinista* da universidade, como denomina Moraes (2001), e acumular capital científico, como chama Bourdieu (1976), ou seja, se alinhar às normas e rigores acadêmicos e científicos da universidade, precisa se encaixar nas linhas de pesquisa dos professores que ofertaram vagas especiais, dificultando o acesso desses estudantes que têm direitos e que almejam ingressar na pós-graduação.

Outros fatores que impactam a quantidade de vagas destinadas às ações afirmativas no PPGED-UFPA são o processo tardio de implantação da pós-graduação na Amazônia como consequência da "assimetria das mais diferentes ordens na oferta da escolarização, de oportunidades educacionais" apontada por Carmargo *et al.* (2022, p.11); a resistência institucional na aprovação de reserva de vagas nos cursos de graduação; a invisibilização do racismo no meio acadêmico; o discurso da meritocracia e burocracia excessiva nos processos de seleção que dificultam o acesso desses grupos, de acordo com Silva (2022).



A partir desses dados, podemos considerar que o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará tem avançado, aos seus processos e condições objetivas e subjetivas, em relação às políticas de ações afirmativas, apesar de ofertarem vagas aos grupos historicamente marginalizados, ainda sim, faz-se muito necessário fortalecer para avançar nesta agenda tão relevante para esses sujeitos históricos, de forma institucional, na implementação de ações afirmativas mais efetivas para o acesso e principalmente para a permanência desses estudantes.

Esse é o desafio que está posto à gestão, aos docentes e estudantes do programa, bem como a gestão do Instituto de Ciências da Educação e Universidade como um todo, pois a responsabilidade é coletiva e história; e exige transgressão em seus processos de acesso e condições de permanência, em garantir acesso aos povos amazônicos, frente aos obstáculos do limite de verbas, sucateamento das universidades federais, financeirização da educação, violência e fechamento das escolas do campo.

Considerações finais

O debate das políticas afirmativas a nível nacional ainda é uma polêmica porque há aqueles que defendem o direito de todos e todas à educação, compreendendo que as ações afirmativas são uma ferramenta de reparação histórica dos grupos que sempre estiveram à margem da sociedade, proporcionando espaço de protagonismo, sabendo que foi um direito adquirido à base de muita luta. E, de outro lado, há aqueles que não concordam e alegam que as políticas de ações afirmativas prejudicam a qualidade da formação, sobretudo da pós-graduação, alegando facilitar ou ofertar vagas às pessoas não qualificadas (Andrade, 2025; Munanga, 2001).

Considerando a posição e a importância que a UFPA ocupa na região Norte, ela tem um papel fundamental na democratização do acesso à educação, ao conhecimento e na transformação social para o enfrentamento das desigualdades regionais, raciais e sociais da Amazônia paraense.



Mas, para isso, a UFPA e o PPGED precisam avançar nas políticas de ações afirmativas em estratégias que garantam processos equitativos e justos para o acesso e principalmente a permanência de estudantes da periferia, do campo, das água e das florestas, flexibilizando os processos de acesso dos, com mais escuta, acolhimento, orientação acadêmica e auxílios. Dessa maneira, a UFPA e o PPGED garantirão a sociodiversidade entre os estudantes, professores e a produção do conhecimento científico da Amazônia.

Desse modo, analisamos que as políticas de ações afirmativas são tão necessárias, pois transgridem, rompem o processo de colonização e possibilitam perspectivas de transformação, libertação e protagonismo aos povos que foram historicamente excluídos da sociedade. Portanto, há a necessidade de fortalecer e ampliar as ações afirmativas no PPGED como princípio constitucional, sociopolítico e cultural, pensando no direito de os sujeitos da Amazônia paraense ocuparem a pós-graduação em educação neste território.

Referências bibliográficas

CAMARGO, Arlete Maria Monte de. A Constituição do Campo da Formação de Professores na Amazônia. *In:* CAMARGO, A. M. M. de; ANDRADE, A. C. ; CAMARGO, L. M. **A constituição do campo científico sobre formação de professores no contexto amazônico**. Curitiba: CRV, 2022. p. 19-34.

EVANGELISTA, Olinda. Algumas indicações para o trabalho com documentos. *In*: SHIROMA, E. *et al.* **Dossiê: Uma metodologia para análise conceitual de documentos sobre políticas educacionais**. Florianópolis, março de 2004.

FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L.A.; DAFLON, V.T.; VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa:** conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 87. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

MALHEIROS, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. *In*: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (orgs.). **Universidade**: políticas, avaliação e trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2004. p. 33-52.

SILVA, Lúcia Isabel da Conceição. Avaliação da Políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros - Estudo de Caso da UFPA. *In*: CARREIRA, Deise; HERINGER, Rosana (orgs.). **10 anos da Lei de Cotas:** conquistas e perspectivas. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação UFRJ- Ação educativa, 2022.